



## A INTERFACE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E ADVOCACY NAS PRÁTICAS DOS MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL.

Rosângela Malachias<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo salienta as estratégias políticas, transculturais, comunicacionais e pedagógicas desempenhadas pelos Movimentos Negros, ao longo dos séculos XX e XXI, que propiciaram conquistas jurídicas e legislativas e o reconhecimento do racismo pelo governo brasileiro. Ainda assim, a contemporaneidade apresenta desafios que incidem sobre a formação de professores sobre Educação das Relações Étnico-raciais, como alusivos ao Estado de exceção, como a mediação dos discursos maniqueístas e superficiais das mídias; o desconhecimento histórico e a recente propagação ideológica do movimento Escola Sem Partido, que censura e recusa a educação reflexiva. Como alternativa metodológica propõe a compreensão das interfaces Comunicação/Educação/Direitos Humanos e o conhecimento do conceito advocacy.

**Palavras chave:** Movimentos Negros – Interface Comunicação/Educação/Direitos Humanos – Advocacy.

**Abstract:** The article emphasizes the political, transcultural, communication and pedagogical strategies carried out by the Black Movements throughout the 20th and 21st centuries, which led to legal and legislative achievements and the recognition of racism by the Brazilian government. However, contemporaneity presents challenges that affect the formation of teachers on Education of ethnic-racial relations, as allusive to the State of exception, as the mediation of media speeches in which Manicheism is placed; Historical ignorance and the recent ideological propagation of the movement Without Party School, which censors and rejects reflective education. As an alternative methodology proposes the understanding of the interfaces Human Rights/Education and Communication and knowledge of the concept of advocacy.

**Keywords:** Black Movements - Communication / Education / Human Rights Interface – Advocacy.

363

### INTRODUÇÃO

Adiante seguem algumas reflexões que consideram as interfaces Comunicação/Educação; Comunicação/Direitos Humanos/Educação e a utilização do

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da UERJ-FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense no Departamento de Ciências e Fundamentos da Educação. Pós-doutorado realizado na Cátedra UNESCO na Universidade Metodista de São Paulo, linha Comunicação Cidadã nos espaços situados em Regiões Midiáticas. Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, com bolsa do Fundo Rioychi Sasakawa (Japão).



conceito internacional advocacy nas ações políticas, culturais e pedagógicas dos Movimentos Negros do Brasil. As análises são resultantes da experiência profissional da autora na formação<sup>2</sup> de professoras(es), sobretudo nas redes municipal e estadual de São Paulo, bem como em outros municípios do país. Os cursos abordaram a Educação para as Relações Étnico-raciais<sup>3</sup>, anos antes e depois da alteração da LDBN 9394/96 pela lei 10.639/03, que determinou a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica.

O desconhecimento da participação protagonista de homens e mulheres negros(as) na história do país - para além da condição de escravizados(as) - ainda surpreende audiências qualificadas, como aquelas compostas por professoras(es) e gestoras(es) que atuam na educação básica. Conquistas jurídico-legislativas, como as políticas compensatórias - alteração da LDBN, cotas raciais – contribuíram para a hoje inegável visibilidade das denúncias contra o racismo brasileiro na programação jornalística e/ou de entretenimento da mídia hegemônica, em especial, a televisiva.

Todavia, interessa-nos demonstrar como as reivindicações e conquistas dos Movimentos Negros brasileiros - ao longo dos séculos XX e XXI - modificaram a agenda política do país, a partir de estratégias políticas, transculturais (MALACHIAS), comunicacionais e pedagógicas. A criação de jornais abolicionistas no século XIX e, no início do século XX, a proliferação de uma Imprensa Negra direcionada à informação e à educação da comunidade negra evidenciam interfaces dos campos político-educativo e comunicacional.

---

<sup>2</sup> Consultorias para a SME-SP - Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (2010-2014); formação realizadas na Secretaria de Educação de Mauá (2004; 2010; 2011; 2012); Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo (2010 e 2014) e demais municípios da Grande São Paulo. Palestras e cursos nas DREs – Diretorias Regionais de Ensino da SME (anos: 2014, 2012, 2011, 2004); aulas ministradas no CEA-USP – Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (2007; 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016); Cursos elaborados para a formação de Estudantes de Comunicação e Professores(as) da rede de Presidente Prudente em formações organizadas pela UNOESTE (2004; 2005; 2006. 2010); *Projeto Educom Rádio* ECA-CCE-USP (2001 A 2004); formação de professores(as) da rede municipal de Campinas (2004 e 2008); várias cidades do interior do estado de São Paulo integrantes do *Projeto Educando pela Diferença para a Igualdade* da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos (2004 a 2006) e cursos em outros municípios do país divulgando o Prêmio Educar para a Igualdade Racial e/ou participando em fóruns para implementação da lei 10639/03. Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba, Campo Grande, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Espírito Santo, Macapá, Recife, João Pessoa, Fortaleza dentre outros estados.

<sup>3</sup> Anos antes e depois da lei 10.639/03 alterar a LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional No 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos art. 26-A e 79-B determinando a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras e da Educação Lei No 11.645, de 10 de março de 2008, que também altera e inclui no currículo oficial a história e cultura Indígena.



Ainda assim, as ações do ativismo negro foram invisibilizadas pela mídia hegemônica, que tardiamente passou a pautar a agenda pela igualdade racial. Segundo pesquisa sobre a incidência da “Agenda da Pauta Igualdade Racial” nos principais jornais e revistas do país, a incorporação e ampliação do tema ocorre a partir do ano 2003, quando as discussões por ações afirmativas e cotas raciais nas universidades públicas se ampliaram<sup>4</sup> na sociedade (OBM & CEERT, 2009).

Também em 2003, dia 9 de janeiro, o recém eleito presidente Luís Inácio Lula da Silva, assinou sua primeira lei, de No. 10.639, que atendia a antiga demanda por reconhecimento dos afrodescendentes na história do país e na diáspora atlântica. Esta conquista não foi uma dádiva governamental aos movimentos negros do país. Ela resultou de um lastro histórico constituído por eventos e personagens que criaram formas políticas e culturais de resistência frente ao escravismo<sup>5</sup>; lutaram por sua integração<sup>6</sup> nas sociedades nas Américas, Caribe e nos processos de independência dos países africanos... todos temas ‘surpreendentes’.

Para a compreensão da ampla temática étnico-racial no Brasil e no mundo salientamos a adoção da reflexividade contextualizada, de modo a aproximar dialeticamente diferentes temporalidades e, por conseguinte, favorecer a compreensão das modernidades plurais, que se apresentam na história das metrópoles europeias e das colônias sul-americanas, caribenhas e asiáticas.

Este exercício favorece, por exemplo, a compreensão da persistência das desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros no passado e na contemporaneidade. Contextualmente abordados, colonialismo, capitalismo, imperialismo, globalização e neoliberalismo propiciam aos cursistas resistentes à temática *Educação para as Relações Étnico-raciais*, identificar o sentido dinâmico do racismo no país e no mundo.

---

<sup>4</sup> Cabe reforçar que as reivindicações por ações afirmativas já pautavam discursos da militância, como os proferidos pelo economista, teatrólogo, senador Abdias do Nascimento (1914-2012).

<sup>5</sup> Clóvis Moura descreve em suas publicações as “insurreições” de escravizados como eventos políticos sucessivos e constantes evidenciando a mobilização negra como pioneira.

<sup>6</sup> Florestan Fernandes é autor da tese *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964) apresentada na USP.



Anteriormente mencionamos a pesquisa<sup>7</sup> realizada sobre o conteúdo dos principais jornais – *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *O Globo* e revistas *Veja*, *Isto É* e *Época* – no período de oito anos, de 2001 a 2008. Foram analisadas 972 matérias dos três jornais e 121 das revistas, totalizando 1093 textos publicados no período mencionado. O Relatório Final da pesquisa sintetiza uma maior preocupação com o equilíbrio das abordagens em matérias jornalísticas. Em contrapartida, os editoriais (pensamento ideológico do jornal)<sup>8</sup> e artigos opinativos redigidos por especialistas convidados ou articulistas dos veículos evidenciavam o posicionamento contrário a implementação “agenda de promoção da igualdade racial” no país. Exemplo: cotas raciais nas universidades.

Embora esses resultados refiram-se a dados coletados há quase dez anos, a pesquisa foi finalizada em 2009, o desconhecimento sobre os temas “igualdade racial, cotas, ações afirmativas” ainda merecem ampla discussão. As palestras e cursos ministrados durante o trabalho de formação de professores na contemporaneidade são indicadores latentes de equívocos sobre o sistema como, por exemplo, o desconhecimento de que estudantes candidatos/as às cotas (raciais e/ou sociais) precisam prestar vestibular. Paira o senso comum de que ao escolher a cota racial, qualquer jovem afrodescendente ganharia o direito à vaga.

A simplicidade das dúvidas e o estranhamento frente à história da África como continente (não um país) permeiam os encontros formativos e decorrem da informação propagada superficialmente. Neste sentido, as redes sociais (como a Imprensa Negra do passado) também foram apropriadas por entidades renomadas do movimento negro e por indivíduos contrários ao racismo, que publicam artigos, vídeos e materiais pedagógicos sobre temas alusivos às relações étnico-raciais. A plataforma YouTube abriu oportunidade para que jovens negras – em geral ausentes dos padrões impostos pela mídia televisiva e pela publicidade - manifestem-se sobre sua estética e identidade étnica. Paradoxalmente, a internet também é campo propício às manifestações racistas e

---

<sup>7</sup> *A Mídia Impressa no Brasil e a Agenda da Promoção da Igualdade Racial – Jornais e Revistas 2001 – 2008*. OBM – Observatório Brasileiro de Mídia e CEERT – Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (2009). Para acessá-la – [www.ceert.org.br](http://www.ceert.org.br) – ver também MALACHIAS (2014b).

<sup>8</sup> Gráficos dos artigos do jornal *O Estado de S. Paulo* e Revista *Veja* chegam a registrar a unanimidade contrária às cotas. Em 2006, o jornal *Folha de S. Paulo* promoveu pesquisa pelo Instituto Data Folha para conhecer a opinião dos brasileiros sobre a adoção da política de cotas, e a maioria das pessoas opinaram favoravelmente ao sistema.



de intolerância. As reações individuais afetam o coletivo e principalmente expõem as questões jurídicas inerentes aos direitos humanos.

Estudo recente sobre o conceito de *advocacy* na interface educação/comunicação demonstra que as organizações não governamentais dos Estados Unidos têm investido na formação sobre mídia e uso das redes e plataformas sociais de comunicação na tentativa de ampliar o apoio público nas suas áreas de interesse. A pesquisa evidencia a distância e dissonância entre o fazer reflexivo e prático demonstrando um fato interessante. Nem sempre os especialistas conseguem a credibilidade por sua opinião. Todavia, aqueles cuja incidência midiática é previamente planejada pela formação em *advocacy* conseguem altos índices de credibilidade, mesmo não tendo experiência comprovada e solidificada na área que comentam (MALIN & LUBIENSKY, 2015).

A formação de professoras/es ou a emissão de opiniões sobre a temática étnico-racial devem metodologicamente considerar quatro séculos de violência física e psicológica da escravidão, a consolidação do racismo estrutural e institucional no pós-abolição e a exclusão sistemática da população negra dos espaços sociais imprescindíveis ao desenvolvimento humano como a escola básica e a universidade.

367

## **PROTAGONISMO DO NEGRO NA MÍDIA**

O fazer midiático do ativismo social negro era (e continua a ser) ora individual, ora coletivamente compartilhado e a sua concretização empírica pode ser agora vista sob a teorização do conceito *advocacy* (LIBARDONI, 2007; MALACHIAS, 2002), “ajuda” politicamente organizada “à quem necessita” por meio da aquisição de conhecimento político, jurídico, educativo e comunicacional.

O editor, tipógrafo, jornalista, escritor, poeta Francisco de Paula Brito (1809-1861) foi pioneiro. Fundou o jornal *O Homem de Cor* (1833) ou *O Mulato*, primeira publicação a denunciar o preconceito racial no Brasil. Brito foi o primeiro empregador do também afro-brasileiro escritor Machado de Assis (1839-1908), cuja obra o alçou à categoria de literatura universal.

As poesias ácidas e críticas do poeta e jurista Luiz Gama (1830-1882), bem como a sua atuação abolicionista na defesa de centenas de escravizados demarcam a sua



relevância intelectual no século XIX. Sua mãe, Luiza Mahin, africana que participou na organização da Revolta dos Malês na Bahia (1825) tornou-se ícone<sup>9</sup> para o Movimento das Mulheres Negras.

Estes poucos exemplos são pontuais e podem ser encontrados nas pesquisas das áreas de História, Pedagogia, Literatura, Ciências Sociais. Nos últimos trinta anos, a produção deste tipo de conteúdo chegou às universidades como temas de dissertações e teses de pesquisadores(as) negros(as), mas não somente<sup>10</sup>.

Na década do centenário da abolição (1988) e início dos anos 1990 pôde-se observar a publicação literária de conteúdos que ‘celebrassem’ o centenário da Abolição patrocinada por órgãos governamentais, que garantiam a sua distribuição gratuita. Secretarias de Cultura; Assessorias Afro-brasileiras; Coordenadoria do Negro; Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo; Fundação Cultural Palmares são exemplos dessas instituições, nas quais a pauta histórica dos movimentos sociais negros foi acolhida, ainda sob viés das efemérides históricas.

368

Como afirmamos, o ativismo precisava divulgar a sua luta cotidiana por liberdade e posteriormente pela integração e inclusão de negros na sociedade brasileira. Cria panfletos, jornais, revistas, apostilas produzidas por técnicas de impressão e reprodução em uso à cada época. Por isso, os estudos sobre Ciências da Comunicação, História da Imprensa/Jornalismo<sup>11</sup> carecem da ampliação de abordagens sobre a representação étnico-racial, com ênfase na ação protagonista de afro-brasileiros/as, porém a Sociologia e a História ocuparam-se desse tema.

Roger Bastide é autor d’ *A imprensa negra do Estado de São Paulo*<sup>12</sup>; Miriam Nicolau Ferrara é referência obrigatória neste tema tendo escrito *A imprensa negra*

---

<sup>9</sup> Outras heroínas quilombolas dos Palmares (Alagoas) celebradas pelo Movimento de Mulheres Negras são: Dandara e Aqualtune.

<sup>10</sup> Desde o início do século XX, os estudos sobre Negros no Brasil têm uma ampla produção da Antropologia (Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre); a partir dos anos 1950 nas Ciências Sociais (Donald Pierson, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Octavio Ianni...), História (Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Emília Viotti da Costa...), auge da Escola Paulista nos anos 1960 e na década de 1970, início dos 80, a relevante pesquisa quali e quantitativa dos pesquisadores do Rio de Janeiro, Nelson do Valle Silva, Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg.

<sup>11</sup> Nelson Werneck Sodré e Marialva Barbosa são autores imprescindíveis para o conhecimento da História da Imprensa e do Jornalismo no Brasil.

<sup>12</sup> *Boletim de Sociologia*, n. 2, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1951,





*paulista (1915-1963)*<sup>13</sup>. Há ainda o trabalho do publicitário negro Ubirajara Motta sobre o *Jornegro* (1986)<sup>14</sup> realizado na Comunicação e sob orientação de José Marques de Melo, autor fundador do campo Ciências da Comunicação no Brasil e América Latina.

Na literatura, Luís Carlos Silva Cuti ativista negro co-fundador do grupo literário Quilombhoje publicou a biografia do jornalista negro José Correia Leite, intitulada *E disse o velho Militante*<sup>15</sup>. Correia Leite fundou em 1924 o jornal *Clarim* (depois, *Clarim da Alvorada*) e foi entrevistado por Florestan Fernandes dando informações precisas sobre a discriminação racial em São Paulo, que foram incorporadas à pesquisa UNESCO em São Paulo.

Marinalda Garcia é autora de *Os arcanos da cidadania: a imprensa negra paulistana nos primórdios do século XX*<sup>16</sup>; Marina Pereira de Almeida Mello de *O ressurgir das cinzas: negros paulistas no pós-abolição: identidade e alteridade na imprensa negra paulistana (1915-1923)*<sup>17</sup>; Maria Aparecida de Oliveira Lopes, *Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana (1920-1940)*<sup>18</sup>; Cleber da Silva Maciel, *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)*<sup>19</sup>, José Antônio dos Santos, *Raiou a alvorada: intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957)*<sup>20</sup>; Petrônio Domingues, *A nova abolição. A imprensa negra paulista*<sup>21</sup>; Ana Flávia Magalhães Pinto defendeu na Universidade de Brasília, em 2006, a dissertação intitulada *De Pele Escula e Tinta Preta, a Imprensa Negra no século XIX (1833-1899)*<sup>22</sup>; Oswaldo de Camargo é autor do clássico *O negro escrito: apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira*, editado pela Secretaria de Estado da Cultura, Assessoria de Cultura Afro-Brasileira, 1987 e digitalizado pela Universidade do Texas; Zilá Bernd e a sua *Antologia de Poetas Negros* (1992).

p. 50-78;

<sup>13</sup> São Paulo, FFLCH/USP, 1986;

<sup>14</sup> São Paulo - 1978. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1986.

<sup>15</sup> LEITE, José Correia – E disse o velho militante – Luiz Carlos Cuti (Org.) distribuição gratuita pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1989.

<sup>16</sup> São Paulo, Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 1997.

<sup>17</sup> São Paulo, Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 1999.

<sup>18</sup> São Paulo, Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC, 2001.

<sup>19</sup> CMU -UNICAMP, Campinas, 1997, p. 96-102, 2ª ed.

<sup>20</sup> Pelotas, Ed. Universitária, 2003, p. 79-152.

<sup>21</sup> *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 27, n. 3, Rio de Janeiro, 2004, p. 89-122.

<sup>22</sup> Programa de Pós-Graduação em História Cultural, linha de pesquisa: Identidades, Tradições e Processos.



Outros trabalhos realizados em outros estados do país podem complementar a lista acima. Priorizamos citar aqueles realizados em São Paulo, estado e cidade nos quais a experiência profissional da autora com a formação docente foi mais frequente. Outra opção relevante para a presente reflexão refere-se ao período das publicações – final dos anos 1980 e meados da década de 1990.

O período registra o fim da ditadura militar (1964-1985) e a participação da sociedade civil pluralizada na disputa democrática da redação de uma nova constituinte, consolidada em 1988. A Constituição Federal fortalece a educação pública e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 avança no sentido de contemplar demandas sociais de populações historicamente excluídas como os indígenas, os negros, as mulheres e fundamentalmente a criança como sujeito. O currículo torna-se práxis (SÀCRISTAN, 1998).

Para Nilma Lino Gomes:

...a inserção da diversidade nos currículos implica compreender as causas políticas, econômicas e sociais de fenômenos como etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia. Falar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação. É perceber como, nesses contextos, algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas sendo, portanto, tratadas de forma desigual e discriminatória. É entender o impacto subjetivo destes processos na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola. É incorporar no currículo, nos livros didáticos, no plano de aula, nos projetos pedagógicos das escolas os saberes produzidos pelas diversas áreas e ciências articulados com os saberes produzidos pelos movimentos sociais e pela comunidade. (GOMES, 2007, p.25).

370

## **ADVOCAY E AS INTERFACES**

Nos anos setenta, o poeta, pesquisador e escritor gaúcho Oliveira Silveira (1941-2009) criador do Grupo Palmares de Porto Alegre e co-fundador do Movimento Negro Unificado (MNU) do Rio Grande do Sul, já havia salientado a relevância do Quilombo de Palmares como marco histórico. O discurso escolar de que a princesa Isabel seria a ‘redentora branca’ dos escravizados perde então o lugar ideologicamente propagado pelo mito da democracia racial. O líder quilombola Zumbi, morto em 20 de novembro





de 1695 pelas tropas de Domingos Jorge Velho, é alçado à categoria de herói. A recusa à figura da princesa é exemplar como representação da reação anti colonialista e anti eurocêntrica. Aquelas pessoas que, ao longo dos séculos XVII a XIX, trabalharam compulsoriamente para o Brasil e protagonizaram centenas de rebeliões e insurreições (MOURA) fizeram, segundo Clóvis Moura, do movimento negro, o primeiro ativismo político do país.

Nesta dinâmica cronológica, o final da década de oitenta assinala a reivindicação e a transformação do dia 13 de maio em data de Denúncia do Racismo no Brasil e a adoção do 20 de novembro como dia da Consciência Negra. A escolha dessas datas não foi aleatória. Resultou dos estudos aprofundados do poeta Oliveira Silveira.

Em 20 de novembro de 1995, data celebrativa aos 300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares, entidades dos movimentos negros de todo o país marcharam em Brasília contra o racismo. Cerca de 20 mil pessoas ocuparam as ruas da capital do país para reivindicar, em documento entregue ao governo federal, os direitos civis cotidianamente negados pelo racismo estrutural e institucionalizado no país.

Em 1996, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, o governo brasileiro assume para o mundo a existência de racismo no Brasil. A relevância deste fato merece análise pela sua ocorrência após a Marcha contra o Racismo e durante o período que antecedeu (em seis anos) a 3ª Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, Preconceito, Discriminação, Xenofobia e Intolerância Correlata sediada pela África do Sul, em Durban (2001). Apesar da tentativa de alguns ativistas, o governo brasileiro não quis sediar a conferência.

Entretanto, ao lançar o PNDH – Programa Nacional dos Direitos Humanos (1996), o governo federal incorporou em seu texto as reivindicações do ativismo social negro por políticas públicas compensatórias e ações afirmativas, como as cotas raciais, para implementação em curto, médio e longo prazo.

O documento final da 3ª Conferência contra o Racismo – denominado *Plano de Ação Durban* – também se transformou num instrumento agregador de contextualizações históricas, culturais, políticas sobre os povos vítimas de racismo no mundo, quando indicou caminhos para a formulação e promoção de políticas públicas.

Antes, porém, o ativismo das Mulheres Negras organizadas politicamente vinha



se preparando para participar e incidir em conferências internacionais das Nações Unidas como a de População no Egito (Cairo/1994) e a da Mulher na China (Beijing/1995). É neste contexto que o conceito de *advocacy* passa a orientar as metodologias do Movimento de Mulheres e Movimento Feminista. A distinção explica-se no fato do feminismo enquanto teoria questionadora das desigualdades históricas entre homens e mulheres e reivindicações no âmbito das subjetividades inerentes ao conceito de gênero, como a sua força cultural na definição e delimitação de papéis de subalternidade entre os sexos, não ser unanimidade incorporada por todas as entidades civis de mulheres.

A própria constituição do Movimento das *Women of Color* (Mulheres de Cor) nos Estados Unidos reuniu negras, chicanas, porto-riquenhas, latinas em geral, cuja realidade étnica e de classe apresentava diferenças e desigualdades frente a realidade de vida das mulheres brancas, desiguais em relação aos homens brancos, mas ‘privilegiadas’ quando comparadas às mulheres de cor. O confronto e admissão das interseccionalidades de classe e raça/etnia foi tema das reflexões da antropóloga e filósofa negra Lélia Gonzalez.

Parceira de trabalho do sociólogo Carlos Hasenbalg, na autoria do livro *Lugar de Negro* Gonzalez torna-se a intelectual negra mais conhecida do país, apresentando papers em congressos internacionais. Insere em seus artigos os primeiros indicadores quantitativos para fundamentar as desigualdades étnico-raciais e reivindicar a proposição de políticas específicas à população negra. Lélia Gonzalez também critica a incapacidade do recente Movimento Feminista brasileiro, majoritariamente composto por mulheres brancas, oriundas das classes médias, de incorporar, em suas formulações, as especificidades da história e, portanto, da vida das mulheres negras.

As poucas pesquisadoras negras que conseguem neste momento acessar a universidade nos anos 1980-90 passam a escrever sobre a sua condição étnica e de gênero. Lopes (1987: p. 38-39) crítica a sociedade ocidental que “homogemiza tudo”, impossibilitando os negros de pensarem sua identidade como uma coisa única, una”. Sousa (1983: 77-78) considera a construção de uma identidade negra “tarefa eminentemente política”. Teodoro (1987: 47-48) escreve sobre identidade, cultura e educação. No cinema, a historiadora negra e co-fundadora do MNU, Maria Beatriz do



Nascimento concebe o seu pensar reflexivo e pós-moderno no roteiro do premiado filme *Ori* (1989) dirigido por Rachel Gerber. “Eu sou Atlântica” afirma Beatriz do Nascimento externando uma concepção até então inovadora sobre a presença africana no ocidente.

Na universidade, nas associações e nas ruas do país, as mulheres negras brasileiras optam por sua organização política autônoma, ou seja, fora do movimento coordenado pelas mulheres brancas.

A “ajuda a quem necessita”, explicação simples e direta do conceito político de advocacy, que se amplia para uma busca por direitos humanos, na medida que a “ajuda” demanda o acesso e conhecimento legislativo, bem como as formas e estratégias comunicativas para compreender, elaborar e mediar mensagens. Acima, ao falarmos dos Movimento de Mulheres, explicitamos que a condição de gênero é insuficiente para que o tratamento dispensado a este grupo social seja igualitário. Há diversidade dentro do grupo de mulheres – que podem ser brancas, negras, asiáticas, mestiças, oriundas de classes sociais diversas.

373

Neste sentido, o acesso ao conhecimento jurídico-legislativo empodera e possibilita a busca por tratamento igualitário. O domínio de técnicas comunicacionais pode ampliar a capacidade de um indivíduo ou de seu grupo acessar e/ou promover conhecimento. Organizações não governamentais que atuaram (ou atuam) na temática feminista incorporaram o advocacy como estratégia formativa preparando indivíduos e grupos para o desenvolvimento eficaz de sua participação política em diferentes níveis da sociedade.

A grosso modo, as ações de advocacy são planejadas para médio e longo prazo, visto que dependem de formação qualificada de indivíduos que passarão a incidir na sociedade. As ações de advocacy podem gerar impacto significativo nas políticas públicas, pois decorrem também de análises aprofundadas sobre determinados problemas, constroem bases e apoios que passam a ser mobilizados em momentos específicos, como audiências públicas, marchas, proposição de projetos-lei; ou ações midiáticas planejadas em seu conteúdo e na definição dos canais de sua propagação.

Pedagogicamente as áreas dos direitos humanos e da comunicação passam a conversar, a partir das ações reflexivas e práticas desenvolvidas – na formação e/ou na



promoção de política específica.

Evidentemente que o currículo dos cursos universitários de Licenciatura/Pedagogia e de Comunicação Social refletem e afetam a formação de seus/suas estudantes - futuros profissionais da Educação (gestoras/es, professoras/es, educadoras/es em geral) e da Comunicação (jornalistas, publicitárias/os, comunicadoras/es em geral). Se estas pessoas forem ignorantes de uma cronologia de lutas por integração e inclusão social protagonizada por membros da população negra, dentro de uma sociedade forte e ideologicamente orientada pelo eurocentrismo, tendem a surpreender-se e/ou desacreditar da veracidade dos fatos.

Por isso, a Educação para as Relações Étnico-raciais precisa considerar e estimular o papel do “professor reflexivo” defendido por Donald Schön, na medida que a ação pedagógica nasce da pesquisa e construção do conhecimento. Trata-se da “epistemologia da prática”, na qual a reflexão ocorre sobre ela em *si*, seja *na* ação, seja *sobre* a ação, de modo que o papel docente passa a ser valorizado. (SHÖN, 2000).

Ora, como a maioria da população, as/os professoras(es) e as/os jornalistas são pessoas que emitem, recebem e mediam mensagens, discursos que foram naturalizados tanto na propagação de estereótipos racistas, classistas e sexistas. Porém, a reflexividade educadora durante o processo formativo pode favorecer a recusa à naturalização da exclusão, fenômeno decorrente da herança colonial eurocêntrica.

374

## **AÇÕES TRANSCULTURAIS**

Em 1916 é fundado o periódico *O Menelike*, cujo teor manifestava uma consciência racial nascente. Surgem depois *O Bandeirante* (1918); *O Alfinete* (1918), *A Liberdade* (1919); *O Kosmos* (1924); *O Elite* (1924); *O Clarim* posteriormente *Clarim da Alvorada* (1924); *O Patrocínio* (1925); *Auriverde* (1928); *A Voz da Raça* (1933); *Quilombo* (1950), todos constituintes da Imprensa Negra (estudada pelos/as autores/as acima mencionados/as) foi criada, patrocinada e distribuída *por* e *para* pessoas negras.

Esses veículos foram fundamentais para o estabelecimento da comunicação e propagação de pautas reivindicativas em prol da igualdade. Tratavam sobre o cotidiano da comunidade negra e sugeriam normas de conduta (comportamento, higiene, postura



etc) que, numa análise superficial e descontextualizada, poderiam ser interpretadas como preconceituosas, porém, na época, representavam a tentativa de ‘educar’ os leitores dentro das normas sociais vigentes, para garantir-lhes a possibilidade de receberem um tratamento digno por parte da sociedade branca dominante.

O jornalista autodidata Correia Leite destacou a relevância da ação feminina para a manutenção dos jornais. As mulheres negras tornaram-se arrimo de família, pois em geral tinham emprego e salário fixos, como cozinheiras e/ou empregadas domésticas e graças às doações que faziam aos jornais e associações negras era possível produzir/imprimir os informativos, posteriormente distribuídos nos salões de bailes, frequentados exclusivamente por negros.

Em 12 de outubro de 1931 nasce a Frente Negra Brasileira (FNB) como a primeira organização política do movimento negro no período posterior à abolição. Os jovens José Correia Leite, Gervásio de Moraes, Raul Amaral, Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos integravam a liderança da entidade. (MALACHIAS, 1996, p.34-35). Autodidaticamente ou por apadrinhamento que lhes garantia o acesso educacional, eles se tornaram poetas, escritores e jornalistas responsáveis pela Imprensa Negra paulista.

Somando-se a essas ações comunicativas e educativas em prol da igualdade de direitos, em 1944, o economista Abdias Nascimento (1914-2012) inova a forma de luta ao fundar o TEN – Teatro Experimental do Negro, cuja linguagem textual e cênica expressava uma dramaturgia própria, focada na denúncia contra o preconceito racial e promovendo ao nosso ver, a “epistemologia da prática” (antes mesmo dela ser cunhada como conceito por Schön). Abdias teve a ideia de fundar o TEN em Lima, Peru, quando assistia uma peça teatral na qual o protagonista era um ator branco com *black face*. A reflexão sobre a impossibilidade de se admitir um ator negro para protagonizar a sua própria condição de negro causou em Abdias Nascimento o choque e a reação transculturais.

Com o passar dos anos Nascimento amplia a sua militância política e cultural para outras áreas como a economia, o jornalismo, as artes plásticas, o ensino e o parlamento brasileiro.

A vida e obra de Abdias do Nascimento expressam ações culturais eminentemente políticas. Poder de advocacy (talvez em nível pessoal), estudadas,



planejadas e registradas em textos jornalísticos (nos anos 1950 Abdias funda o jornal Quilombo, com temática política em prol de direitos da população negra), livros, discursos que desencadearam (em nível coletivo) o reconhecimento de temas e conceitos até então inéditos, como o *genocídio da população negra*; o *quilombismo*; *ações afirmativas*. A campanha pela indicação de Abdias Nascimento ao Prêmio Nobel da Paz, pouco tempo antes de seu falecimento, exemplifica a relevância de sua história – ainda pouco conhecida no âmbito dos estudos comunicacionais.

O TEN antecipa o sentido do conceito advocacy ao promover ações educativas, como a alfabetização de pessoas negras que pelas barreiras institucionais não conseguiam acessar a escola pública e oferecia formação técnica, profissional e política do elenco formado e colaboradores. O golpe militar de 1964 leva Abdias Nascimento ao exílio nos Estados Unidos, no momento em que a juventude negra norte-americana lutava por direitos civis

Mas foi em julho de 1978, na cidade de São Paulo, ainda no regime militar, que a mídia impressa nacional abre exceção para noticiar um protesto negro nas escadarias do Teatro Municipal contra o assassinato do jovem Robson Silveira da Luz, arbitrariamente preso, espancado e assassinado por policiais. Ali nascia o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial e Violência Policial, posteriormente identificado apenas por MNU sintetizando a unidade das pautas de luta (discriminação racial e violência policial) no seu programa de ação redigido ao longo dos anos 1980, em defesa de uma sociedade socialista.

Ao nosso ver, a proliferação de entidades negras pelo país fortaleceu a interface Comunicação/Educação expressa na propagação de materiais e realização de eventos culturais e políticos, bem como a confecção de jornais, panfletos, produção de vídeos e principalmente reivindicando uma educação transdisciplinar pela consideração e incorporação não hierarquizada da história africana e afro-brasileiras.

Vale pontuar que neste período histórico autores como Paulo Freire, Mário Kaplun, Guilherme Orozco Gomes dentre outros problematizavam a interface entre Educação e Comunicação no continente latino-americano fundando uma escola que sedimenta ações pedagógicas de um novo campo, a educomunicação.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos antropológicos desenvolvidos por Gilberto Freyre, dentre os quais o clássico livro *Casa Grande e Senzala* (1930) contribuíram para a incorporação ideológica do mito fundador do Brasil, no qual Indígenas – Europeus e Africanos sintetizariam relações harmônicas. Este pensamento perpassou o processo de escolarização do país, a despeito das desigualdades socio-econômicas aprofundadas, ao longo dos séculos, e decorrentes de sistemas colonizatórios impostos de fora para dentro (mercantilismo, capitalismo, imperialismo, globalização e neoliberalismo).

A assimilação da pseudociência racista desenvolvida pelo conde Joseph Arthur Gobineau (1816-1882) passou a ser propagada nos discursos impressos de Nina Rodrigues (1862-1906), Oliveira Vianna (1883-1951), Euclides da Cunha (1866-1909) que formavam a *intelligentia* nacional (ORTIZ, R, 1983) solidificando a naturalização dos ideais civilizatórios eurocêntricos. As relações de violência colonial foram competentemente minimizadas frente a ideia da miscigenação nacional.

377

Em contraposição a este ideário competentemente teorizado pelo brasileiro Renato Ortiz, em seu livro *Identidade Nacional*, servimo-nos, em pesquisa sobre juventudes afro-brasileiras e afrocubanas (MALACHIAS, 1996) dos estudos realizados pelo etnólogo cubano Fernando Ortiz, contemporâneo ao brasileiro Gilberto Freyre. Ortiz adotou o conceito de *transculturación*, que não reduz a violência do encontro/choque entre os povos formadores das Américas e do Caribe a uma relação harmônica, encontrada na obra freyreana. Para Ortiz, *las fases de la transculturación* explicitam a dor, o conflito, as resistências dialéticas<sup>23</sup> ocorridas na diáspora.

Da mesma forma, Eduardo David Oliveira ao escrever sobre *Cosmovisão Africana e Forma Cultural Africana no Brasil*, explica que:

A diáspora ao mesmo tempo que significou uma ruptura violenta com os valores civilizatórios africanos, serviu para que esses valores espalhassem-se mundo afora, não por proselitismo dos negros, mas pela imposição artificial de viverem em terras estrangeiras. De qualquer maneira, seja alimentando dores historicamente contraídas, seja constatando a multiplicidade de respostas criativas que deram, a

---

<sup>23</sup> Ver: MALACHIAS, Rosângela (1996).



diáspora negra segue sendo um ponto comum no entrecruzamento complexo do caminho trilhado pelos africanos nos recantos do planeta (OLIVEIRA, p.85).

O filósofo Castor Bartolomeu Ruiz explica que a manifestação da violência institucional tem sido característica dos regimes ditatoriais latino-americanos.

O Estado de exceção é uma figura jurídico-política inerente ao Estado de direito da qual se apropria e beneficia o mercado capitalista. A especificidade da exceção jurídica é o controle biopolítico das populações perigosas, o que torna este recurso político uma técnica eficiente de controle social (RUIZ, 2013, p.67).

A formulação e ideários racistas no período subsequente à abolição brasileira colabora para a categorização dos negros e pobres como populações ou classes “perigosas”. A contenção e afastamento geográfico desses pobres (perigosos) nas grandes cidades não é um fenômeno contemporâneo. A urbanização do Rio de Janeiro e a Revolta da Vacina (1904) – assim como vários processos de gentrificação retiraram populações empobrecidas de áreas centrais transferindo-as para periferias. Tais medidas, justificadas pelo poder público, também se enquadram na violência institucional – juridicamente fundamentada.

378

Há 30 anos, o protesto e nascimento do MNU contra a violência policial em 1978 denunciava a violência policial e identificava a juventude negra masculina como alvo preferencial do extermínio institucionalizado. O avanço neoliberal do capitalismo acirrou desigualdades criando massas excluídas e ao mesmo tempo alvo do mercado. Neste cenário, os índices de mortalidade de jovens negros extrapolam os níveis de racionalidade, ao mensurar em mais de 147% as chances dos jovens negros serem assassinados por armas de fogo, quando comparadas aos jovens brancos.

**BAIXA ESCOLARIDADE** - A pesquisa também mostra que o nível de escolaridade é um fator determinante para se identificar os grupos mais suscetíveis às mortes por homicídio. Segundo o Atlas da Violência, um jovem de 21 anos, idade de pico das mortes por homicídios, e com menos de sete anos de estudo tem 16,9 vezes mais chances de ter uma morte violenta do aquele que chega ao ensino superior. A situação socioeconômica é outro fator determinante para o risco de morte. O balanço do IPEA e do FPSP mostra que, aos mesmos 21 anos, as chances de jovens pretos e pardos, que representam a maior parte da população pobre no Brasil, morrerem por homicídios são 147% maiores do que de jovens de outros grupos étnicos. O estudo ainda aponta que, entre 2004 e 2014, houve um crescimento de 18,2% de homicídios contra negros, e uma diminuição de 14,6%



contra pessoas que não são pretas ou pardas (...).<sup>24</sup>

Nesta lógica, o Estado de exceção é paradoxal em relação aos excluídos e oprimidos sociais, que vivem dentro de uma ordem jurídica que os reconhece e garante, em discurso, os direitos a uma vida digna, que na prática são negados por essa mesma ordem (RUIZ, 2013, p.67-68).

Em 2004 (um ano depois da alteração da LDBN) foi criado o movimento Escola Sem Partido (ESP), que se posiciona contrário à educação reflexiva e censor radical do pensamento crítico, a nosso ver, necessário à formação cidadã na educação básica. Dez anos depois, o crescimento do movimento ESP pode referendar o momento contemporâneo brasileiro de excepcionalidade política. Em 2014 a entidade apresentou projeto de lei abertamente anticonstitucional para inferir nos conteúdos ensinados na escola proibindo temas que consideram “políticos”. O contexto desse crescimento censor é contemporâneo aos ataques violentos a terreiros de Candomblé, agressões a adeptos, pregação da “cura gay”, perseguição a professoras(es) que expressam criticidade na escola etc.

379

Como vivenciar os pilares da educação (DELORS, 2000) - *aprender a conhecer e aprender a conviver* - sem o exercício da leitura crítica do mundo (FREIRE, 2000)?

A ampliação de estudos que propiciem a reflexão sobre as interfaces Comunicação/Educação; Comunicação/Direitos Humanos/Educação pode contribuir para que as representações imagéticas e discursivas sobre a população negra sejam desprovidas de estereótipos e desvelem as epistemologias inerentes às práticas realizadas pelo ativismo social negro na história do Brasil e no mundo, visto que o racismo é um problema global e que a omissão curricular e/ou referencial do protagonismo negro não é um fato brasileiro apenas. Ao revisar a historiografia dos Estados Unidos sobre o período da Reconstrução, o historiador afroamericano John Hope Franklin afirmou que: “as biografias e autobiografias dos negros foram passadas por alto, suas inúmeras declarações públicas foram ignoradas” (FRANKLIN:1999, p.45).

---

<sup>24</sup> Ver síntese no Jornal O Globo - <https://oglobo.globo.com/brasil/mapa-da-violencia-2016-mostra-recorde-de-homicidios-no-brasil-18931627> (acesso em 20/5/17)



É também necessário considerar o papel da universidade pública na promoção da difusão e extensão das pesquisas que produz, em especial, junto à educação básica. Em contrapartida, a escola pública precisa também se aproximar dos movimentos sociais para compreender as suas demandas e com equilíbrio e reflexividade aprender a conhecer a história; a conviver com as diferenças; a fazer projetos, planos, atividades e aprender a ser um espaço democrático de construção e propagação de conhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTIDE, R. E FERNANDES, F. - O preconceito racial em São Paulo - projeto de estudo. In: Sedi
- BRASIL – CNE - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, outubro de 2004.
- DELORS, Jacques, **Educação: um tesouro a descobrir – relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Trad. José Carlos Eufrázio. Brasília/São Paulo: MEC/UNESCO/Cortez, 4<sup>a</sup> ed., 2000.
- FRANKLIN, John Hope - **Raça e História - Ensaios selecionados (1938-1988)**, (trad. Mauro Gama), Rio de Janeiro, Rocco, 1999.
- FREIRE, Paulo - **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- GOMES, Nilma Lino – **Indagações sobre o Currículo – Diversidade e Currículo**. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.
- LIBARDONI, Marlene – **Fundamentos Teóricos e Visão Estratégica da Advocacy** - file:///C:/Users/Rosangela/Documents/Artigos/Fundamentos%20Teóricos%20em%20Advocacy-M.%20LIBADONI.PDF – Acesso em 27 jul.2016.
- LOPES, Helena Theodoro. Educação e Identidade. In: **Raça Negra e Educação**. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. N. 63. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov. 1987.
- MALACHIAS, Rosangela – *Talking about Intersections of Gender, Race and Class in the Training of Public Teachers in São Paulo, Brazil*. In: **Women Leading Education across the Continents: Overcoming the Barriers**. Editors Elizabeth C. Reily & Quirin J Bauer. Nova York – Toronto, Rowman and Little Field, 2015.
- MALACHIAS, Rosangela– **Diálogos Pedagógicos e Práticas Educomunicativas e Uma Epistemologia Afro-brasileira na Formação Docente e Gestora no Município de São Paulo**. Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho), 2014, v. 11, p. 39-64. ISSN Impresso – 1806-6356 – ISSN Eletrônico: 2317-2983.
- MALACHIAS, Rosangela - **Perspectivas polissêmicas na pesquisa A Mídia Impressa no Brasil e a Agenda da Promoção da Igualdade Racial – Jornais e Revistas 2001 – 2008**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação



XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014b.

MALACHIAS, Rosangela – *Communicative Actions. Brazilian Women in Educational Leadership. In: Women Leading Education Across the Continents – Sharing the Spirit, Fanning the Flame.* Edited by Helen C. Sobehart foreword by Charles Dougherty. Lanham, New York, Toronto, Plymouth, UK, American Association of School Administrators, 2009, 230pp.

MALACHIAS, Rosangela - **Cabelo Bom, Cabelo Ruim** – In – Percepções da Direção – Brancos e Negros na Escola. São Paulo, Terceira Margem Editora, 2009 – vol. 4.

MALACHIAS, Rosangela – **Práticas educacionais e Teorias interdisciplinares no combate ao racismo** - Revista Identidade Científica do Grupo de Pesquisa GEPEC – Faculdade de Comunicação Social de Presidente Prudente – UNOESTE – vol. 01 – número 03 – Novembro de 2004 – ISSN 1678-0787 – p.68-73.

MALACHIAS, Rosangela - **Os Sonhos podem acontecer. Teorias e práticas à ampliação do discurso preventivo ao abuso de drogas com a inclusão de jovens negros e mulheres.** Tese de Doutorado, São Paulo, ECA/USP, outubro, 2002.

MALACHIAS, Rosangela (1996) - **Ação transcultural: a visibilidade da juventude negra nos bailes black de São Paulo (Brasil) e Havana (Cuba).** Dissertação de Mestrado, São Paulo, Prolam/USP - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, outubro, 1996.

MALIN, Joel R. & LUBIENSKY, Christopher – *Educational Expertise, Advocacy and Media Influence.* Education Policy Analysis Archives Vol. 23 (6), 2015. [Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v23.1706> - [Acesso em 8/5/2017]

MONSMA, Karl – **Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização Depois da Abolição no Oeste Paulista.** DADOS–Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no3, 2010, pp. 509 a 543. <http://www.redalyc.org/html/218/21817696001/> [acesso em 05-05-17].

MUNANGA, Kabengele. (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo, Edusp, 1996.

MUNANGA, Kabengele - **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Inclusão Social um debate necessário?** – UFMG – Disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> [acesso em 03/05/2017]

ORTIZ, Renato - **Cultura brasileira e Identidade Nacional,** São Paulo, Brasiliense, 1985.

**POR UMA OUTRA COMUNICAÇÃO. MÍDIA, MUNDIALIZAÇÃO CULTURAL E PODER.** Denis de Moraes (org) Rio de Janeiro-São Paulo, Record, 2005.

REAL, Gisele Cristina Martins – A prática como componente curricular: o que isso significa na prática? In: **Educação e Fronteiras** e On-Line. Dourados, MS, v.2, n.5, p.48-62 – maio/agosto de 2012.

RUIZ, Carlos M. M. Batolomé - O estado de exceção e o controle biopolítico das sociedades. In: **Filosofia latino-americana. Suas potencialidades, seus desafios.** São Paulo, Terceira Margem, 2013, pp.67-95.

SHÖN, Donald A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000, 256p.



SODRÉ, MUNIZ – **Reinventando a Educação. Diversidade, descolonização e redes.** Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2012.

SOUSA, Neuza Santos – **Tornar-se Negro. As Vicissitudes de um Negro em Ascensão Social.** São Paulo,

SOUZA, Luciana Coutinho Pagliarini de e DRIGO, Maria Ogécia - **Representações visuais da mulher afrodescendente em livros didáticos.** Comunicação & Educação • Ano XIX • número 1- jan/jun 2014.

SOUZA, Rivaldo Santos – **Racismo Institucional: para compreender o conceito.** REVISTA DA ABPN v.1 – N. 3 – JANEIRO DE 2011 – P. 77-87.

**SPLIT IMAGE AFRICAN AMERICANS IN THE MASS MEDIA** – Edited by Jannete L. Dates and William Barlow, Washington DC, Howard University Press, 1993.

TEODORO, Maria de Lourdes. Identidade, Cultural e Educação. In: **Raça Negra e Educação.** São Paulo: Cadernos de Pesquisa/ Fundação Carlos Chagas, n.º63, nov.,1987, p. 46-50.